

Raquel Bellini de Oliveira Salles

Mestre e Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino - Itália

Professora de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora

Advogada

AUTOTUTELA NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EDITORA
PROCESSO

Rio de Janeiro
2019

Editora Processo

Tels: (21) 3128-5531 / (21) 3889-8181 / (21) 2209-0401

www.editoraprocesso.com.br

www.catalivros.com.br

Distribuição exclusiva da Catalivros Distribuidora Comércio Ltda ME

Copyright © 2019 Raquel Bellini de Oliveira Salles

Todos os direitos reservados.

Conselho Editorial

Maria Celina Bodin de Moraes (*Presidente*)

Luiz Edson Fachin

Ana Carolina Brochado Teixeira

Ana Frazão

Antônio Augusto Cançado Trindade

Antônio Celso Alves Pereira

Caitlin Sampaio Mulholland

Carla Adriana Comitre Gibertoni

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Eneas de Oliveira Matos

Eugênio Facchini Neto

Fernando de Almeida Pedroso

Hélio do Vale Pereira

Joyceane Bezerra de Menezes

Marco Aurélio Peri Guedes

Marcos Ehrhardt Jr.

Maria Cristina De Cicco

Mariana Pinto

Martonio Mont' Alverne Barreto Lima

Mauricio Moreira Menezes

Melhim Namem Chalhub

Ricardo Calderón

Sergio Campinho

Capa: Sheila Neves / Edição Eletrônica: Deoclécio Serafim

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

SALLES, Raquel Bellini de Oliveira

S346a Autotutela nas Relações Contratuais / Raquel Bellini de Oliveira Salles
— Rio de Janeiro: Processo, 2019.
404p. ; 23cm.

ISBN 978-85-93741-31-9

1.Direito civil. 2. Brasil. I. Título.

CDD 343.810922

Proibida a reprodução (Lei 9.610/98)

Impresso no Brasil
rinted in Brazil



SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	23
	<u>CAPÍTULO 1</u>	
	FUNDAMENTO E ADMISSIBILIDADE DA AUTOTUTELA CONTRATUAL NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	27
1.1	A “pós-modernidade” e o movimento de desjudicialização: qual é o espaço da autonomia privada para a solução dos conflitos contratuais?	27
1.2	A cooriginariedade das autonomias pública e privada	42
1.3	Autonomia negocial e intersubjetividade: os limites da liberdade contratual	46
1.4	Uma proposta de conciliação: a autotutela contratual entre autonomia privada e controle estatal	58
1.5	O conceito de autotutela contratual na linguagem dos remédios	62
1.6	Rompendo um dogma: da autotutela proibida à autotutela constitucionalizada e controlada	70
1.7	A relação entre autonomia privada e autotutela contratual	86
1.8	Características gerais da autotutela	93
	<u>CAPÍTULO 2</u>	103
	A LESÃO PELO INADIMPLEMENTO	
2.1	A releitura da obrigação sob uma perspectiva funcional: o contexto da lesão pelo inadimplemento	103

2.2	Os deveres de conduta e o alargamento do objeto da obrigação: a extensão do conceito de adimplemento	112
2.3	A funcionalização do adimplemento e as transformações do inadimplemento	121
2.3.1	<i>A mora, o inadimplemento absoluto e o descumprimento de deveres laterais em renovada perspectiva: o problema da violação positiva do contrato sob o olhar dos remédios</i>	123
2.3.2	<i>A contratualidade dos deveres de proteção e possíveis consequências de seu descumprimento</i>	136
2.3.3	<i>O descumprimento das obrigações negativas e a abertura do Código Civil brasileiro à autotutela satisfativa para as obrigações de fazer e de não-fazer</i>	140
2.3.4	<i>O inadimplemento anterior ao termo e à condição suspensiva</i>	144
2.3.5	<i>A substancialidade do adimplemento e o inadimplemento mínimo</i>	156

CAPÍTULO 3

ESTRUTURA, FUNÇÃO E POTENCIALIDADES EXPANSIVAS DOS INSTRUMENTOS DE AUTOTUTELA CONTRATUAL EM FACE DO INADIMPLEMENTO

3.1	Autotutela contratual com função conservativo-cautelar	163
3.1.1	<i>As exceções de contrato não cumprido entre antigos e novos contornos: função, requisitos e amplitude</i>	163
3.1.1.1	<i>A expansão decorrente da ampliação da noção de sinalagma contratual devido à perspectiva funcional do adimplemento</i>	171
3.1.1.2	<i>A exceptio no contexto dos contratos de execução continuada, das relações subjetivamente complexas, das obrigações solidárias e dos contratos administrativos</i>	183
3.1.1.3	<i>A expansão pela ampliação da noção de sinalagma para além da própria relação contratual: a exceptio nas coligações contratuais</i>	188
3.1.1.4	<i>A expansão decorrente do descumprimento de obrigações negativas</i>	208

3.1.1.5	<i>A expansão decorrente da admissibilidade do inadimplemento antecipado e da perspectiva não estritamente patrimonialista do risco de descumprimento</i>	210
3.1.1.6	<i>Limites e controle do exercício das exceções de contrato não cumprido</i>	213
3.1.2	<i>Revisitando o direito de retenção: funções, distinções e alcance</i>	228
3.1.2.1	<i>Natureza e oponibilidade do direito de retenção</i>	236
3.1.2.2	<i>Possibilidades de expansão do direito de retenção como instrumento de autotutela</i>	244
3.1.2.3	<i>Aplicações do direito de retenção com função de garantia</i>	252
3.1.2.4	<i>Limites e controle da retenção e o problema de sua renunciabilidade</i>	275
3.2	<i>Autotutela contratual com função resolutiva</i>	279
3.2.1	<i>A cláusula resolutiva expressa como meio de resolução extrajudicial convencional e as suas potencialidades aplicativas no quadro de um renovado direito das obrigações</i>	279
3.2.1.1	<i>Vencendo resistências: uma luz para a cláusula resolutiva expressa</i>	279
3.2.1.2	<i>Fundamento e pressupostos de aplicabilidade da cláusula resolutiva expressa</i>	288
3.2.1.3	<i>A cláusula resolutiva expressa e o problema da imputabilidade do inadimplemento</i>	294
3.2.1.4	<i>A aplicabilidade da cláusula resolutiva expressa às coligações contratuais</i>	307
3.2.2	<i>Possibilidade e utilidade da ampliação dos instrumentos de resolução extrajudicial como expressão de autotutela contratual</i>	312
3.2.2.1	<i>Resoluções extrajudiciais especiais previstas no ordenamento brasileiro</i>	328
3.2.3	<i>O controle do exercício do direito de resolução extrajudicial</i>	332
3.3	<i>Autotutela contratual com função satisfativa</i>	336
3.3.1	<i>As retenções pecuniárias como mecanismo de autotutela satisfativa</i>	339
3.3.2	<i>A aplicabilidade do pacto marciano no direito brasileiro: a</i>	

	<i>autotutela satisfativa no sistema de garantias</i>	351
3.3.3	<i>As contratações substitutivas e a mitigação das perdas e danos pelo credor no contexto da autotutela com função satisfativa</i>	355
3.3.3.1	<i>As contratações substitutivas como faculdade de autotutela satisfativa no interesse do credor e como dever de mitigação de perdas e danos no interesse do devedor</i>	370

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO	375
------------------	-----

REFERÊNCIAS	381
--------------------	-----